

# CANDANGOS: UMA HISTÓRIA DE TRABALHO E EXCLUSÃO <sup>1</sup>

Edson Beú Luiz <sup>2</sup>

Marcia de Melo Martins Kuyumjian <sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo objetiva analisar as condições de trabalho dos operários que participaram da construção de Brasília entre os anos de 1957 e 1960, denominados “candangos”. Trata-se de um trabalho de História Oral cuja discussão enfatiza a precariedade das moradias oferecidas à massa trabalhadora, a questão salarial, o abuso da prática de horas extras e os consequentes acidentes de trabalho, a violenta atuação da improvisada milícia policial da época e o papel de “mito-fundador” exercido pelo presidente Juscelino Kubitschek para viabilizar a execução do ousado projeto político de transferir a capital da República para o interior do país durante seu mandato.

**Palavras-chave:** Brasília, “candango”, trabalho, exclusão.

**Abstract:** This article analyzes the working conditions of workers (known as "candangos") who participated in the building of Brasilia, between the years 1957 and 1960. This is a work of oral history and it discusses the precariousness of housing offered to the class worker, the wage issue, the abuse to use of overtime and work accident, for example. This principal matter is related to President Juscelino Kubitschek and his rule of "founding myth", it responsible for moving the Brazil's capital to inner country.

**Keywords:** Brasilia, “candango”, labor, exclusion.

## 1. Introdução

Brasília, a capital que mudou o mapa geopolítico do país, foi edificada durante a chamada “Era de Ouro” (1950-1960), período caracterizado por um clima de euforia que tomou conta da população dos países do Primeiro Mundo, onde o capitalismo rendia generosos dividendos sociais, fazendo com que o sonho de consumo se transformasse em uma extasiante realidade. Embora se tratasse de um fenômeno ligado essencialmente às nações desenvolvidas, por motivos diversos, boa parte da economia mundial fora também favorecida por um “surto” de progresso naquela mesma época (HOBSBAWM, 1997). No Brasil, o presidente recém-eleito, Juscelino Kubitschek, tutor do projeto da mudança da sede do governo para a região Centro-Oeste, almejava reinscrever o país em uma nova ordem (HOLSTON, 1993). Significava libertar a economia da dependência do café e ampliar o setor de indústrias de base e de bens duráveis, além de romper com um círculo vicioso de golpes de Estado que perdurava desde o início da República. “Era o Brasil-pastoril-e-agrícola que, aos

---

<sup>1</sup> Artigo adaptado do conteúdo parcial da dissertação “Os filhos dos candangos: exclusão e identidades”, defendida pelo primeiro autor em 2007, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração História Cultural, Universidade de Brasília, sob a orientação da segunda autora.

<sup>2</sup> Jornalista; Mestre em História Cultural pela Universidade de Brasília (UnB); Especialista em História Cultural de Brasília.

<sup>3</sup> Historiadora; Doutora em Sociologia; Especialista em História Cultural e Sociologia do Trabalho; Professora Titular da Universidade de Brasília (UnB).

poucos, se transformava. Era o Brasil-pequena-indústria-manufatureira que adquiria maturidade, ingressando na era da intensa industrialização”, afirmaria o próprio estadista (OLIVEIRA, 2000:91).

Assim é que a “Era JK” trazia algumas marcas muito próprias da Era de Ouro: o conceito de *modernidade* – desenhado nas curvas inovadoras das obras de Oscar Niemeyer; *industrialização* – representada pela chegada de grandes montadoras de automóveis, e *progresso social*, gerado pelas oportunidades de negócio e a contratação maciça de mão de obra pela indústria da construção civil no imenso canteiro de obras de Brasília. Contraditoriamente, o país era sacudido por um total de 205 greves, o endividamento externo atingia níveis críticos, a inflação saltava de 19,2% em 1956, ano da posse do presidente, para 30,9% em 1960, último ano de governo<sup>4</sup>, e a região Nordeste era flagelada por um período de seca, o que intensificaria a migração de sertanejos, atraídos pela oferta de trabalho no novo eldorado<sup>5</sup> do país.

À luz de um contexto de esperança, euforia e também de enormes contradições, próprias de um país então dito “subdesenvolvido”, este artigo procura estudar as condições de trabalho que marcaram o dia a dia dos operários participantes do ousado projeto político do presidente Juscelino Kubitschek.

## 2. Candangos

Para melhor compreender a relação dos candangos e seu ambiente de trabalho, acreditamos que seja importante conhecer previamente os termos usados na época para designar os trabalhadores que migraram para o canteiro de obras da futura capital, provenientes das diversas regiões do país. Holston (1993) identifica quatro denominações: candango, pioneiro, piotário e brasileiro. “Pioneiro”, segundo o autor, serviu inicialmente para identificar os trabalhadores de média e alta qualificação, incluindo-se, no mesmo bojo, os comerciantes e agricultores. A categoria “candango” é constituída principalmente pelos operários da construção civil, peões de obra, trabalhadores braçais, de baixa qualificação profissional, a maioria deles com pouca escolaridade, às vezes analfabetos, razão pela qual o vocábulo tinha um sentido depreciativo, rejeitado pelos ditos “pioneiros”.

A palavra candango é uma variação de *candongo*, da língua quimbundo, dos bantos do sudoeste de Angola, e era usada de forma depreciativa contra os colonizadores daquele continente. Ao serem traficados para a região canavieira nordestina, os africanos mantiveram o sentido pejorativo para se referir aos senhores portugueses e, depois, aos próprios brasileiros (HOLSTON,1993). Com o decorrer do tempo, porém, o alvo da depreciação foi invertido. A palavra virou sinônimo de cafuzo, mestiço, mameluco e negro. Posteriormente, seu significado foi ampliado, passando a abranger genericamente as populações pobres do

---

<sup>4</sup> Sobre isto conferir Revista **Nosso Século** (1985).

<sup>5</sup> Silva (1997) relata a associação de imagens de cunho mitológico e messiânico, tais como “terra prometida”, “paraíso”, “eldorado”, à capital em construção. Para Carvalho (2001), a transferência da sede do governo federal para a região Centro-Oeste causou uma alteração no mapa das “regiões de promessas” do país, antes concentradas em São Paulo e nos cafezais do Paraná.

interior do país, sobretudo trabalhadores itinerantes, de baixa qualificação profissional, situação predominante entre aqueles que chegaram ao canteiro de obras da futura capital.

### 3. Mito do “herói-povo”

Durante os anos da construção, os candangos eram louvados aos quatro ventos nos discursos oficiais por sua tenacidade no trabalho. Para garantir máxima adesão ao propósito de construir, em menos de quatro anos, uma cidade no coração do Planalto Central, ainda tão pouco habitado, a estratégia usada pelo governo foi a de consagrar o papel dos candangos. Não por acaso, o próprio presidente da República, no afã de reforçar seu discurso, assim se referiu aos operários:

A triste aparência de um indivíduo abatido, com que Euclides da Cunha retratou o sertanejo, está-se apagando do panorama brasileiro. Vocês não o encontrarão no companheiro candango, a quem devemos esta cidade (*Diário Carioca*, 05/01/1961, apud SILVA, 1997:51).

A louvação feita por JK aos candangos parece ter sido inspirada no seguinte trecho da obra de Cunha (1992):

É o homem permanentemente fatigado. Reflete a preguiça invencível, a atonia muscular perene, em tudo: na palavra remorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência langorosa das modinhas, na tendência constante à imobilidade e à quietude (CUNHA, 1992:95).

O próprio Cunha (1992), porém, faz questão de corrigir que o abatimento do sertanejo ao qual se referiu o presidente era apenas ilusório:

Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude. Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de improviso. (...) Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormidas. O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe, alta, sobre os ombros possantes, aclarada pelo olhar desassombrado e forte; e corrigem-se-lhe, prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e da figura vulgar do tabaréu canhestro, reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias (CUNHA, 1992:95-96).

Aqui, o mito do herói é deslocado da figura de Juscelino para a massa anônima de operários (CARVALHO, 2001). Verifica-se um “deslizamento de sentido”, pois a ênfase agora é dada aos homens e não à cidade. O mito da terra prometida é substituído pelo mito do herói-povo, traduzindo um esforço para manter os operários em sintonia com o grande projeto político em execução. Até hoje os candangos referem-se a JK como uma figura emblemática, dono de profundo carisma, de cunho quase mitológico. Segundo depoimentos de alguns candangos, dificilmente o presidente, sem tais atributos, conseguiria executar seu projeto no prazo estabelecido.

O carpinteiro José Pereira Cosme, ou simplesmente Cosme, paraibano de Boqueirão das Cabeceiras, na capital desde 1958, afirma que os tapinhas que o presidente da República dava nas costas dos peões durante as vistorias nos canteiros de obras funcionavam como uma poderosa injeção de ânimo, levando os operários a adotar o conhecido “ritmo de Brasília”, que significava trabalhar trinta e seis horas por dia, isto é, doze horas durante o dia, doze à noite e outras doze correspondentes ao entusiasmo dos peões de obra (HOSLTON, 1993).



**Foto 1:** Operários na Esplanada dos Ministérios.  
Autor não identificado. Acervo: Arquivo Público do DF.

#### **4. Limbo jurídico**

Antes de nos embrenharmos pelo grande canteiro de obras da futura capital, vamos expor alguns detalhes de ordem político-administrativa que envolveram o início da construção. Ao levar adiante o desafio de transferir a sede do governo federal para o interior do país, Juscelino Kubitschek confiara a presidência da Novacap ao engenheiro Israel Pinheiro. O perfil do administrador, homem de pulso forte, foi decisivo para a criação do ambiente de trabalho vivido pelos candangos. Segundo Oliveira (2005), Juscelino colocou toda a autoridade jurídica nas mãos do presidente da Novacap, embora a instituição não estivesse aparelhada para exercê-la. Assim, a empresa, além de gerir as questões administrativas, passou a resolver outros tipos de conflitos bem à sua maneira: “Isso explica os frequentes excessos — como eram chamados pelos diretores da companhia — no que diz

respeito às condições de trabalho e mesmo à violência, cometidas pela Guarda Especial de Brasília – GEB”<sup>6</sup> (OLIVEIRA, 2005:171).

O território da capital em construção ficou em uma espécie de limbo jurídico, onde quase tudo era permitido em nome da viabilização do projeto. Depois de desapropriada pelo governo federal, a região não ficou mais sujeita à jurisdição do estado de Goiás e muito menos do longínquo Rio de Janeiro. O governo, representado na figura de Israel Pinheiro, assumiu poderes constitucionais “quase absolutos” sobre direitos e deveres civis, incluindo horário e turno dos trabalhadores (OLIVEIRA, 2005). A preocupação do presidente da Novacap era construir a cidade, ou pelo menos seu núcleo político-administrativo básico, e garantir sua inauguração em 21 de abril de 1960. Só assim ele conseguiria evitar a falência política de seu chefe, que resolvera jogar todas as fichas no ambicioso projeto de transferência da capital no curto período de seu mandato. É oportuno registrar o que diz Steinberger (1999), ao lembrar que Brasília constituía um empreendimento em que o Estado era, ao mesmo tempo, projetista, construtor, financiador e proprietário do solo. Em resumo, o governo é que dava as cartas, e a gerência da Novacap entendia que somente ignorando alguns limites previstos na legislação seria possível cumprir a promessa do presidente, feita de chofre, em discurso de campanha realizado em 4 de abril de 1955, na cidade goiana de Jataí, ao ser indagado pelo cidadão Antônio Soares Neto, o Toniquinho, se aplicaria o dispositivo constitucional que previa a transferência da sede do governo federal para o interior do país, conforme mostra o seguinte diálogo:

— O senhor disse que, se eleito, irá cumprir rigorosamente a Constituição. Desejo saber, então, se pretende pôr em prática o dispositivo da Carta Magna que determina, nas suas *Disposições Transitórias*, a mudança da Capital Federal para o Planalto Central.

— Acabo de prometer que cumprirei, na íntegra, a Constituição e não vejo razão por que esse dispositivo seja ignorado. Se for eleito, construirei a nova Capital e farei a mudança da sede do Governo”.(OLIVEIRA, 2000:6).

## 5. Alojamento, boia e violência

A necessidade de contar com milhares de operários de uma só vez transformou a questão habitacional em um dos principais “nós” da construção de Brasília (RIBEIRO, 1980). As adversidades enfrentadas pelos candangos já começavam pelos alojamentos, amontoados de camas improvisadas, onde o guarda-roupa era a própria mala ou um simples caixote. As moradias geravam constantes reclamações, pois o desconforto era tanto que chocava até os mais humildes, que se viam obrigados a usá-las por absoluta falta de recursos (SOUSA, 1983). Predominava a falta de higiene, acompanhada de todas as suas consequências. Havia ratos, percevejos, pulgas e todo tipo de “imundície”, conta um dos operários ouvidos por Ribeiro (1980).

Ao estudar as vilas operárias na cidade de São Paulo, Blay (1985) afirma que a construção de conjuntos de moradias para abrigar trabalhadores é uma prática inspirada nas senzalas. Os senhores construíam a casa grande próximo aos núcleos de produção

---

<sup>6</sup> Corporação policial criada para prestar serviços de segurança no território administrado pela Novacap.

(engenhos), para melhor controlar os escravos. De forma semelhante e em uma segunda fase, o trabalho dos lavradores também seria controlado pela criação de colônias no interior das fazendas. Com suas devidas adequações, a instalação dos acampamentos dos peões de obra de Brasília, pela precariedade e localização, próximos às obras, parece dar continuidade ao modelo iniciado pelas senzalas, relatado pela autora. Uma das diferenças é que os alojamentos de Brasília não pertenciam aos empregadores de mão de obra, uma vez que eram instalados em terras da União. Como consequência, ao final da obra, muitos deles eram abandonados com seus ocupantes ou apossados por outros trabalhadores sem teto, quando não desmontados, e até mesmo inundados, como foi o caso extremo do aglomerado de acampamentos da Vila Amauri<sup>7</sup>, encoberta pelas águas do lago Paranoá.

Ribeiro (1989) constata que a estratégia de criar acampamentos de moradia dentro dos limites do território da construção facilita a exploração da força de trabalho, pois, sendo eles diretamente ajustados à lógica capitalista, provocam, à semelhança do que ocorre na relação entre fábrica e vila operária, um maior envolvimento dos trabalhadores com os interesses da esfera da produção, absorvendo quase completamente o cotidiano dos empregados.

Como os acampamentos provisórios eram incapazes de absorver toda a massa de trabalhadores, Brasília, desde o início, apresentava um grande déficit habitacional. O número de barracos, muitos deles erguidos à revelia das autoridades, era sempre inferior à demanda dos que chegavam à região, em grandes levas, formando “uma verdadeira torrente humana” (OLIVEIRA, 2000). Para ter uma idéia desse fluxo migratório, em 1959, portanto um ano antes da inauguração, já havia 56.953 habitantes na cidade em construção. A grande maioria, 43%, provinha dos estados do Nordeste<sup>8</sup>. Segundo Ribeiro (1980), o fluxo de migrantes nordestinos foi influenciado pela grande seca que se abateu sobre aquela região em 1958.

O modelo de alojamento adotado pelas empreiteiras não previa a edificação de residências para famílias em quantidade suficiente. As existentes eram destinadas apenas aos operários mais graduados na hierarquia do ramo da construção civil (RIBEIRO, 1980). O loteamento da Cidade Livre, surgido no final de 1956, para abrigar os “particulares”, ou seja, trabalhadores não governamentais, incluindo os comerciantes, era a grande estação de desembarque na região sob influência de Brasília.

O núcleo pioneiro tinha caráter provisório. Por isso, a administração da Novacap permitiu que fossem erguidas apenas edificações de madeira, fáceis de serem demolidas, pois a idéia era derrubá-las logo após a inauguração da capital. Com a intensa procura e a pouca oferta, os preços dos aluguéis das habitações, mesmo feitas de tábuas rústicas, tornaram-se inviáveis para a maioria da população candanga. Segundo Ribeiro (1980), aos operários restaram apenas as seguintes opções: 1) reunir várias famílias, que cotizavam o pagamento da locação; 2) valer-se de relações pessoais para “passar por cima” da proibição de construir unidades habitacionais na área; e a terceira e a mais usual: ocupar terrenos públicos.

O controle exercido pela Novacap sobre os candangos ia além dos limites dos canteiros de obra. Ribeiro (1980) reproduz matéria publicada em 14.6.1958 pelo jornal *A Hora*, de São Paulo, noticiando a decisão do governo de proibir a entrada de nordestinos no

---

<sup>7</sup> Antigo núcleo de acampamentos de empreiteiras que chegou a reunir 6.196 operários antes de ser inundado pela construção do lago Paranoá. Fonte: IBGE, apud Holston (1993).

<sup>8</sup> Fonte: IBGE, apud Ribeiro (1980).

território do futuro Distrito Federal. Diz a reportagem: “Essa providência visa proibir a avalanche de pessoas e a construção de favelas, bem como a invasão de lotes da Novacap”. Para fazer valer essa proibição, o governo adotou medidas drásticas, como o uso da polícia, segundo informação divulgada pelo jornal *A Tribuna*, de 2.10.1958, citado pelo mesmo autor.

Mas a força da “torrente humana”, à qual se referiu JK, movida por um misto de esperança e desespero, era bem mais poderosa do que as ações de contenção adotadas pela Novacap. Em 1959, a Cidade Livre, cuja existência só fora admitida em caráter estritamente provisório, já contava com 11.565 habitantes<sup>9</sup>. Com a finalidade de acomodar a população excedente, as autoridades adotaram a solução de criar cidades-satélites, a primeira delas, a de Taguatinga, em 1958, ou as “vilas operárias livres”, caso da já citada Vila Amauri, da Vila Planalto e da Vila Metropolitana, entre outras.

Depoimentos de candangos obtidos por Ribeiro (1980), Sousa (1983) e Beú (2006) testemunham o nível de sujeira e desconforto reinantes nos alojamentos de operários. A mesma condição de insalubridade se verificava nas cantinas, onde era servida a boia. O ex-operário Edgard de Paula Viana<sup>10</sup> relata que havia todo tipo de “porcaria” nas panelas. Por isso, as diarreias eram constantes. O candango ainda se lembra de um surto de infecção intestinal que ganhou contornos de verdadeira epidemia. Com medo de o mal se alastrar pelos demais acampamentos e comprometer o andamento das obras, as autoridades ordenaram a distribuição de um medicamento aos operários, que deveriam ingeri-lo diariamente, antes das principais refeições: “Era um líquido amarelo, embalado em um tubinho de vidro. Acho que se chamava Lactobiosine. Fazia dó ver, porque da barriga dos peões só saía água e sangue”, afirma o depoente.

As cantinas constituíam um ponto convergente de insatisfações, confirma Sousa (1983). Os peões ficavam de pavio curto só de pensar na comida que tinham de engolir. Com os nervos à flor da pele, qualquer pretexto servia para gerar uma briga, como mostra o relato a seguir, feito pelo mesmo Edgard. Certa ocasião, dois peões de obra, em fila indiana, chegaram ao mesmo tempo à vasilha de farinha. Entre ambos, havia velhas rugas mal resolvidas. Um deles tomou a caneca da mão do rival, conhecido pelo apelido de uma famosa miss Brasil, e atirou-lhe o pó na cara, deixando-o cego, sem ação. Logo que tomou pé da situação, o peão agredido foi ao alojamento, voltou com uma arma na mão e disparou à queima-roupa contra a cabeça do opositor, que morreu na hora. “Isso aconteceu numa terça-feira. No sábado da mesma semana, ele apareceu vestido com a farda da GEB”, relembra o ex-operário.

O episódio protagonizado por “miss Brasil” mostra como alguns policiais da GEB eram arregimentados. Na impossibilidade de recrutar policiais de outros estados, eram escolhidos a esmo, “pegos no laço”, como diziam os peões de obra. Bastava saber atirar, mostrar ser valente, cabra-macho. Alguns provinham dos quadros das próprias empreiteiras, como o caso ora relatado. Os abusos eram geralmente acobertados pelas autoridades sob o pretexto de “manter a paz” e, claro, o ritmo das obras (RIBEIRO, 1980).

---

<sup>9</sup>Fonte: IBGE (1959), apud Ribeiro (1980).

<sup>10</sup> Edgard de Paula Viana tornou-se presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de Brasília.

## 6. “Massacre”

Os gebianos, ou “bate-paus”, como também eram conhecidos entre os candangos (TEIXEIRA, 1982), não amedrontavam apenas a população operária. A própria Associação Comercial de Brasília de então chegou a pedir a extinção da corporação: “Não temos policiais, mas, sim, bandidos que vestem fardas”, protestava o dirigente da entidade, Gileno Mendes de Andrade<sup>11</sup>. Fácil imaginar por que o trinômio gebiano–operário–boia formava uma combinação quase sempre explosiva. A ação empreendida por um contingente de policiais fortemente armados no acampamento da construtora Pacheco Fernandes Dantas, dia 8 de fevereiro de 1959, domingo de carnaval, ficou marcada na memória dos candangos, constituindo um dos episódios mais sombrios ocorridos no território da obra de JK:

Enquanto o resto do país caía na folia, os operários da construtora Pacheco Fernandes Dantas embrulhavam o estômago na fila da boia. Fazia tempo que reclamavam da comida, mas os donos da empreiteira não estavam nem um pouco interessados no cardápio da cantina. A barriga roncava de fome, a impaciência roía os nervos e a revolta era maior, porque corria o boato de que o patrão havia atrasado o pagamento para ninguém se debandar durante os dias de momo. Os candangos estavam isolados do país da alegria. O samba só chegava ao Planalto Central irradiado em ondas médias e tropicais. A realidade ali não era moldada em papel machê (BEÚ, 2006:73-74).

“Massacre policial: sangue de operários jorrou em Brasília” — estampou em primeira mão *O Popular*, referindo-se à ação dos gebianos. Segundo o jornal goiano, dezenas de policiais armados de metralhadoras invadiram o acampamento por volta das onze e meia da noite. “No mesmo ritmo em que desciam do seu veículo<sup>12</sup>, os milicianos, sem ao menos tomar conhecimento do que sucedia, foram disparando suas armas contra a multidão de operários”, dizia a reportagem publicada na edição de terça-feira, 10 de fevereiro. Vários jornais, inclusive os da chamada grande imprensa, noticiaram o fato, com alguns dias de atraso devido à precariedade dos meios de comunicação.

*Binômio*, semanário editado em Belo Horizonte, publicou contundente reportagem sobre o assunto com o título “Polícia de facínoras transformou Brasília em capital do cangaço”. A matéria foi assinada por Dídimo Paiva e pelo fotógrafo Antônio Cocenza, que se valeu de um pseudônimo. Ambos conseguiram entrar no Hospital do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários), o único de Brasília, feito de madeira, próximo à Cidade Livre, onde tinham sido internadas dezenas de vítimas. A GEB foi chamada para impedir a ação da imprensa, “mas saímos a tempo”, lembrava-se muitos anos depois o jornalista, que foi obrigado a fugir de Brasília às escondidas, em companhia do fotógrafo (BEÚ, 2006).

Telegramas de protestos foram endereçados ao presidente da República, ao ministro da Guerra e aos líderes do Congresso Nacional, mas o *staff* palaciano fez de tudo para abafar o caso. O assessor de Imprensa do Palácio do Catete, Autran Dourado, foi lacônico: “O presidente não recebeu qualquer telegrama dando conta do conflito entre operários de Brasília” (DOURADO, 1959, apud TEIXEIRA, 1982, p. 182).

---

<sup>11</sup> Fonte: *Jornal Correio Paulistano*, 15.02.1959. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico do DF.

<sup>12</sup> Caminhão.

Numa exaustiva tentativa de elucidar o caso, o cineasta Vladimir Carvalho exibiu em *Conterrâneos Velhos de Guerra* depoimento de Oscar Niemeyer, que, mostrando-se surpreso, negou ter qualquer conhecimento sobre o rumoroso episódio. Questionado, o famoso arquiteto irritou-se, produzindo uma cena que chocou os espectadores. Vinte anos depois dessa entrevista, o documentarista assim externou a sua frustração:

A minha perspectiva, quando procurei Oscar Niemeyer, criador genial da arquitetura de Brasília, era, sobretudo pela sua formação ideológica, a de obter um depoimento definitivo e justo sobre o sinistro episódio que vitimou um número até hoje desconhecido de trabalhadores durante a construção da nova capital. Fiz-lhe as perguntas que julguei do meu dever como documentarista fazer, como as tinha feito a outros entrevistados. A reação de Oscar Niemeyer foi inteiramente adversa e surpreendente: disse não ter nenhum conhecimento do lamentável acontecimento. Aquilo muito me frustrou e não tive outra alternativa a não ser incluir no filme, na íntegra e, portanto, fielmente, as suas palavras e posição.<sup>13</sup>

O conflito de interesses sobre o que aconteceu no interior da empreiteira atinge o seu “ápice dramático” no depoimento de Oscar Niemeyer, segundo avalia Cavalcanti (1997). Apesar do conhecido engajamento ideológico<sup>14</sup> do entrevistado, o autor, ex-integrante da equipe técnica do cineasta, entende que é justamente na reação do arquiteto que “o choque de pontos de vista do operário e da autoridade atinge, no filme, sua máxima tensão”.

E apesar do apelo feito por Paviani (1997) para que a História esclareça o nebuloso incidente, o “massacre” continua sendo até hoje uma grande interrogação. Talvez faça parte da relação dos episódios “obscuros” que o próprio presidente da República admitiu ter eventualmente ocorrido no calor da empreitada, em pronunciamento feito à Nação em 20 de abril de 1960, às vésperas, portanto, da inauguração da capital:

Sei bem, todos o sabem, que os episódios do erguimento desta cidade, mesmo os mais obscuros, figurarão na história que escrevestes, com o vosso suor. As gerações futuras desejarão saber tudo o que aconteceu na Capital da Esperança (Revista Brasileira dos Municípios, n. 49/52, 1960:5-6).

Mas o tempo produziria um efeito curioso sobre o caso. Ao invés de apagá-lo definitivamente da memória de algumas testemunhas, ele quebrava o silêncio do medo, trazendo à tona importantes depoimentos: José Damião da Silva, ou simplesmente Damião (Foto 2), paraibano da serra do Retiro, baixinho, cinquenta e cinco quilos, quatorze anos de fato e dezoito de direito<sup>15</sup>, era servente da construtora Rabelo, fichado em 1957. Apesar da tenra idade, já havia corrido meio mundo, até as florestas do Alto Amazonas, onde passou um ano servindo de batedor para uma construtora de estradas. Tinha o rosto todo enrugado.

---

<sup>13</sup> Vladimir Carvalho, em comunicação pessoal, Brasília: 5.12.2010.

<sup>14</sup> Oscar Niemeyer era filiado ao extinto Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado por Luis Carlos Prestes. Fonte: <http://pt.wikipedia.org>, acesso em 08.12.2010.

<sup>15</sup> Ainda menor, José Damião da Silva dirigiu-se ao cartório da vizinha cidade de Luziânia (GO), informou ser quatro anos mais velho e obteve uma nova Certidão de Nascimento e a sua (falsa) maioria. Com isso, pôde tirar Carteira de Trabalho e ser contratado, repetindo um artifício muito usado pelos migrantes da época (BEÚ, 2006).

Dizia que uma vez fora salpicado pelo sangue de uma cobra no sertão<sup>16</sup> do Mato Grosso e, por isso, ficara daquele jeito.

Andava sempre de chapéu e jaqueta, fizesse frio ou calor, e com uma peixeira na cintura, quando não um revólver. Adorava um cigarrinho, mas não era de farra nem bebia. Mulher, só se deitava com alguma quando tinha coragem de ir à zona do baixo meretrício, a ZBM, o que acontecia raramente. Apesar de tanta austeridade, Damião não conseguiu fazer fortuna. Continuava morando no mesmo barraco da época da construção: Alojamento para Funcionários Solteiros, Conjunto 10, Quarto 40, Acampamento Rabelo, Vila Planalto. Um endereço comprido demais para identificar um quartinho geminado de madeira, de apenas 2,40 por 2,70 metros, que ele dividiu com um companheiro até a inauguração da capital (BEÚ, 2006). Apesar do tempo, nem tudo para ele eram águas passadas. Não havia mais corre-corre, noites insones nem tanto cansaço. Mas a vida parecia cada vez mais difícil, porque agora, além do entusiasmo da mocidade, também lhe faltava saúde. Estava com o pulmão enfraquecido, tossindo muito e sem dinheiro para aviar a última receita do posto do INPS<sup>17</sup>. Mesmo assim, a sua memória parecia clara como o dia:

Essa história eu não gosto nem de contar. Trabalhava na Rabelo naquela época. Foi em 1959. Tinha ido pra placa da Mercedes, que era onde ficava a zona. Fim de semana, o pessoal ia muito lá na Cidade Livre pra comprar coisa na feira. Muito peão cozinhava dentro do alojamento. A gente dizia “queimar lata”, porque, como não tinha panela, o jeito era pegar qualquer lata pra fazer a comida, como estou fazendo aqui agora. Quando eu vinha de lá, acho que era uma base de onze e meia... Aqui na Rabelo tinha um armazém. De lado, tinha um ponto de carta. Toda carta que chegava, eles punham ali. A gente ia lá e procurava. Se tivesse carta pra gente, a gente pegava. Era assim... Aí, no lugar de eu descer direto, eu dei a volta pela Pacheco Fernandes. Quando cheguei lá e entrei no portão, começou o tiroteio. Eu vi que o fogo estava cruzado, porque muito peão tentava se defender. Perto do portão tinha um paul de serra. Quando eu ouvi os tiros, pensei: a minha salvação é bolar no chão e me enfiar naquele paul de serra. Tirei o chapéu da cabeça, pus a mão em cima de um trinta e oito que eu tinha. Naquele tempo a gente andava armado, porque aqui tinha fera, lobo, muita cobra e até onça. Quando fui entrando, senti um negócio mole no meio do paul de serra. Aí cismeí e voltei pra trás. Era um homem que estava escondido lá. Quando ele se levantou, olhei e vi que era um amigo meu, Antônio. Aí eu falei: Antônio, o que é que nós faz? Quando eu perguntei o que é que nós faz, recebi uma bala, que riscou o coro da minha cabeça, bem aqui, por cima da orelha. Aí eu falei: vamos bolar na direção do alojamento. Mas aí ele começou a bolar na minha frente, me atrapalhando. Então eu gritei: não bola na minha frente, não; bola de lado. Quando a gente já estava perto dos alojamentos — porque a gente queria se esconder lá dentro — ouvi um cidadão dizer: Pelo amor de Deus! Não me mate não, que já estou baleado na perna... Parece que ele estava debaixo da cama e tinha um soldado com uma quarenta e quatro na mão. Os alojamentos tinham uma travessa aqui, passando por cima da porta. O soldado chegava, pendurava nessa travessa e metia os dois pés na porta. Quando ele metia os dois pés na porta, o outro, atrás, passava fogo no operário. Aí eu ouvi um tiro. Tinha sido o Antônio que tinha atirado. Ele tomou conta da arma do soldado e

---

<sup>16</sup> Sertão visto do litoral é o lugar onde o herói encontra a natureza e nela se realiza, forja sua identidade e ideologia. Para os antigos habitantes do Planalto Central, Brasília era o sertão (SILVA, 1997).

<sup>17</sup> Instituto Nacional de Previdência Social.

continuou atirando, assim, com as duas mãos, como um artista de filme de faroeste. Aí continuei bolando, já com muito sangue escorrendo pela cabeça, pelo pescoço e pela gola da camisa. Depois, vi que vinha alguém e perguntei: — Antônio, é você que vem aí? — Que Antônio coisa nenhuma, seu cão dos infernos! — o outro lá respondeu. Então me fiz de morto. A pessoa veio e encostou o cano do revólver na minha cabeça. Nessa hora, fiquei quietinho. Nem respirar, respirava. Não era policial. Era um peão. Mas ninguém sabia direito quem era soldado e quem era peão, porque teve uma hora que a luz elétrica apagou. Ficou todo mundo doido. Só se via a claridade do tiroteio. Era gente ferida, uns com as mãos no peito, outros com as mãos na perna, na cabeça, correndo pra todo lado. Muita gente corria para o lado do Palácio da Alvorada. Mas, como eu ia dizendo, quando ele tirou o revólver da minha cabeça e foi saindo, levou um tiro, caindo bem perto de mim. Aí um soldado chegou e disse: — Esses dois aqui devem estar mortos. E pisou bem em cima da minha cabeça. Quando o fogo se acalmou mais, eu corri e consegui sair do acampamento. Eu vi um caminhão saindo cheio de gente morta. Ia para mais de oitenta pessoas. Foram jogados uns por cima dos outros. Dizem que um trator cavou uma vala e jogou o pessoal lá dentro. Ninguém sabe onde, mas acho que naquela época só tinha cemitério em Planaltina. Tudo começou por causa de um bandeirão de comida. Teve a maior confusão. Mas quando eu saí pra Cidade Livre, à tarde, já estava tudo calmo. Parecia que não tinha mais nada. Quem ficou sem comida foi comer marta-rocha<sup>18</sup>, porque quem não era muito comedor e comia uma marta-rocha daquela, estava jantado. A maior covardia que achei e que muita gente também achou é que a GEB já pegou o pessoal todo dormindo (Damião, apud BEÚ, 2006:78-80).



**Foto 2:** Damião. Vila Planalto (DF), 1992  
Autor: Edson Beú Luiz

<sup>18</sup> Biscoito de tamanho avantajado, feito à base de farinha de trigo, muito comum na dieta dos candangos.

## 7. Acidentes de trabalho

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) virou letra morta no grande canteiro de obras de Brasília. Segurança era um conceito maldito pelos empregadores, por representar custos, e convenientemente ignorado pelas autoridades. Não havia cinto, botas, luvas, capacete (Foto 3). “Capacete era a cabeça da gente”, ironiza o paraibano Cosme, já citado. A maior parte dos migrantes ia para as construções do jeito que chegavam, alguns calçados de chinelo; no máximo, botinas, e um surrado chapéu de palha ou de couro, se nordestinos.

O desrespeito à legislação era incentivado pelo ritmo das obras. Souza (1983) relata que JK costumava fazer vistoria para “encorajar os operários no alcance de recordes de velocidade necessários ao limitado prazo de entrega da cidade”. A propósito, o ex-motorista de caminhão Antônio Carlos de Lima, cearense de Quixeramobim, em Brasília desde julho de 1957, afirma ter visto Juscelino chegar de madrugada nas obras, dar uma tapinha nas costas dos candangos e dizer: “Conto com a colaboração e o esforço de vocês, porque quero fazer em cinco o que era para ser feito em cinquenta anos”. Fácil entender por que o limite de duas horas extras diárias, previsto na CLT, era multiplicado várias vezes nas “viradas”, turnos em que o operário, literalmente, virava a noite e o dia na obra sem dormir.



**Foto 3:** Construção da capela Nossa Senhora de Fátima, SQS 307/308, 1958.  
Autor: Mário Fontenelle. Acervo: Arquivo Público do DF.

O depoente Cosme chegou a Brasília ainda solteiro, com 24 anos de idade. Seu trabalho era montar o madeirame que servia de molde para lajes e vigas:

A maioria dos acidentes acontecia na hora da concretagem. A correria era maior, porque o cimento não podia passar do ponto. A empreiteira chamava todos quebra-galhos, gente que nunca tinha visto um martelo. Quando o bico da laje quebrava, saía derrubando operário de andar em andar até chegar lá embaixo. Mais do que depressa, o encarregado, sujeito responsável pela obra, jogava um pedaço de lona em cima para ninguém identificar o corpo. E a mulher, coitada, ficava lá no Norte<sup>19</sup> com os filhos, pensando que tinha sido abandonada pelo marido (Cosme, apud BEÚ, 2006:51).

Se os operários tivessem que eleger uma espécie de “Túmulo ao Candango Desconhecido”, à semelhança dos monumentos erigidos para homenagear soldados desaparecidos em campos de batalha, provavelmente apontariam o anexo do Congresso Nacional, o “Vinte e Oito”, o edifício mais alto em construção (Foto 4). Impossível saber quantos trabalhadores caíram dos andaimes, pois as empreiteiras nem o governo tinham interesse em fazer essas contas, muito menos divulgá-las. — Pra complicar, naquela época, não havia justiça trabalhista nem representação sindical. A gente só ficava sabendo das coisas pela “rádio peão” — conta ainda Cosme, que se aposentou por acidente de trabalho, ganhando o equivalente a quatro salários mínimos, reduzidos a apenas um pelos sucessivos planos econômicos do governo de combate à inflação. Ribeiro (1980, p. 93) transcreve falas que reafirmam aquilo que a “rádio peão” noticiava e a oficialidade jogava debaixo do tapete:

Do jeito que eles construíram aquele ‘Vinte e Oito’, principalmente a estrutura, foi um troço criminoso, porque ali teria que fazer um abajur. (...) Abajur é uma cerca que você faz por fora. (...) E ali não tinha nada. Então, era soltinho. Inclusive o teste que fazia ali era o sujeito andar em cima de uma viga de 15 centimetrozinhos. (...) Com uns dez metros de altura. Se o sujeito passasse nela, passava no teste. Podia ser ele analfabeto.

Uma das fontes ouvidas por Ribeiro (1980) era “fazedor de caixão” da Novacap. Conta que certa vez despencaram nove trabalhadores do elevador do “Vinte e Oito”. Frequentemente, o carpinteiro era acordado no meio da noite para fazer novos ataúdes. Para dar conta dos pedidos e evitar chateação dos superiores, já deixava vários prontos, empilhados. A quantidade de mortes era tanta que o pessoal chegava à carpintaria e apenas dizia: “vê um caixão aí”.

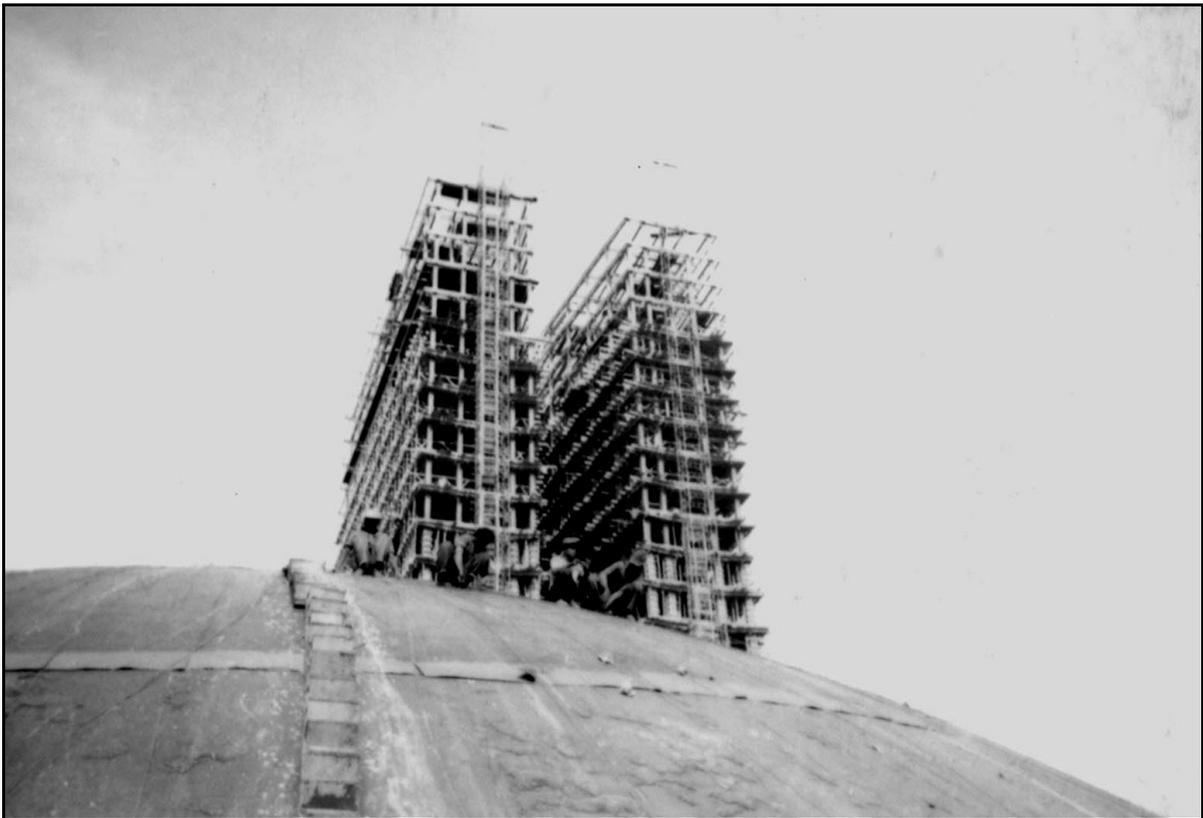
Otacílio Zacarias dos Santos (Foto 5), paraibano de Itaporanga, em Brasília desde 1958, fez de tudo um pouco nos canteiros de obra. Trabalhou alguns anos de “tatu”, jargão usado no meio da construção civil para identificar aqueles que realizavam a perigosa tarefa de retirar a sobra de terra acumulada na base das fundações, antes da concretagem. Franzininho, menos de cinquenta quilos, atendia à principal exigência dos patrões, pois só

---

<sup>19</sup> Embora mencione o ponto cardeal Norte, Cosme, na verdade, está se referindo à sua região de origem, o Nordeste. A substituição de “Nordeste” por “Norte”, neste caso, é influenciada pelo hábito difundido na população de dividir o Brasil em apenas “duas grandes porções”, Norte e Sul (ANDRADE, 2003). Assim visto, o Norte corresponderia ao espaço geográfico situado acima do estado da Bahia, inclusive. Isso explica por que paulistas e outros habitantes do “Sul” passaram a chamar de “baiano” todo migrante oriundo da área setentrional do país. O uso do adjetivo “norte” com sentido regional ampliado remonta aos tempos do Império, conforme Mello (1984). Naquela época, tornou-se comum, por exemplo, o uso da expressão “norte açucareiro”, inspirada na base econômica dos estados nordestinos produtores de cana-de-açúcar.

assim alguém podia subir e descer pelo buraco estreito, profundo e quase sempre inundado pela presença de algum lençol d'água, o que tornava o serviço ainda mais arriscado. Quarenta e sete anos após a inauguração da capital, contratado para fazer, de bicicleta, o serviço de entrega a domicílio oferecido por um comerciante da periferia, o candango ainda se lembrava dos detalhes de sua antiga rotina:

Foi a gente que fez a fundação do Congresso Nacional. O que eu conheço por Congresso Nacional é aquele prédio que parece um cuscuz, todo redondinho. Nosso alojamento ficava no lugar onde hoje é a rampa. Primeiro, a máquina cavava o buraco. Depois, a gente descia agarrado num cabo de aço, junto com um balde, pra tirar o resto de terra que tinha ficado lá embaixo. A fundura variava, era quinze, vinte, trinta metros... O "Vinte e Oito" foi bem uns quarenta metros de chão adentro. Quando eu terminava de encher o balde, dava um sinal para o peão lá em cima puxar. Era um sobe e desce danado. Depois de tudo limpo, eu subia de volta, agarrado no balde. Na subida, eu ia rodando igual um parafuso, porque o corpo ia batendo de lado no buraco. Saía todo sujo de lama, igualzinho um tatu. De lá, fui trabalhar na Rodoviária, na construção dos ministérios, na Torre de Televisão e em muitos outros lugares. Se morria gente? Vixe! Só no Hospital Distrital (Hospital de Base), vi morrer treze pessoas de uma vez.



**Foto 4:** Edifício Anexo do Congresso Nacional, o "Vinte e Oito", 1958  
Autor: Mário Fontenelle. Acervo: Arquivo Público do DF

A ocorrência de acidentes de trabalho aumentou ano a ano por causa do ritmo das obras, que se intensificava à medida que se aproximava o dia 21 de abril de 1960, data da

inauguração da capital. A seguir, os números citados por Ribeiro (1980) e Silva (1997), com uma agravante: dizem respeito apenas àqueles registrados pelo hospital do IAPI. De agosto a dezembro de 1957: 342; em 1958: 1.974; em 1959, o número saltou para 10.927, uma média de 30 acidentes por dia; em fevereiro de 1960, portanto a dois meses da inauguração, foi registrada a impressionante média de 170 casos por dia, segundo dados publicados em 11 de fevereiro e 21 de maio de 1960 pelo jornal *DC – Brasília*<sup>20</sup>, citado pelos referidos autores.

Ribeiro (1980) vê a prática abusiva de horas extras como forma de o capitalista reduzir custos, por evitar a contratação de novos empregados. Ele considera as “viradas” um mecanismo ilegal e afirma que “as formas de exploração”, ao estender a jornada de trabalho, implicavam um desgaste físico passível de sérias consequências imediatas e futuras. Na relação patrões/candangos, nota-se que houve uma extração do excedente da força de trabalho, configurando o que Marx (1970) conceituou de “mais-valia absoluta”.

Souza (1983) classificou de “esgotantes” as tarefas desempenhadas pelos peões de obra e considera as “viradas” um artifício utilizado pelos empresários para cumprir os prazos estabelecidos pela Novacap. Cabe observar, porém, que os trabalhadores reconheciam o desgaste físico causado pelo excesso de horas extras, mas não abriam mão delas. Isso pressupõe que o desrespeito à CLT, acerca do qual a Novacap fazia vistas grossas, atendia também aos interesses dos operários, por significar um razoável ganho adicional de salário, mesmo colocando em risco a própria vida. É importante lembrar que os migrantes vinham geralmente de condições de sobrevivência bastante adversas, em que não havia sequer emprego formal. Oriundos dos mais longínquos rincões do país — como era o caso particular dos nordestinos —, não tinham poder de barganha e, por isso, aceitavam qualquer proposta dos patrões.

## 8. Trabalho escravo

Algo bem mais grave do que extrapolar jornadas de trabalho, contudo, acontecia fora dos limites dos canteiros de obra: trata-se do tráfico de mão de obra escrava. A mando de fazendeiros da chamada Região do Entorno<sup>21</sup>, aliciadores saíam de caminhão até o interior do Nordeste, oferecendo salários generosos àqueles que se dispusessem a trabalhar na construção da nova capital. Para estimulá-los, custeavam-lhes as despesas de uma viagem geralmente sem volta. Porque, antes de chegar a Brasília, o motorista mudava sorrateiramente o itinerário e se embrenhava pelo interior do vasto e ainda não dividido Goiás e, em alguns casos, pelo Mato Grosso, onde entregavam a “encomenda” aos patrões.

---

<sup>20</sup> Filiado ao *Diário Carioca*, o *DC-Brasília* foi o primeiro jornal a circular regularmente no Distrito Federal, a partir de 12 de setembro de 1959. A redação funcionava em um barraco de madeira situado na 2ª. Avenida, Núcleo Bandeirante. Os textos eram enviados à sede (Rio de Janeiro) por telex, telefone ou pelo último avião. Impresso durante a madrugada, chegava a Brasília no primeiro voo que saía pela manhã da então capital da República: <http://dc.serqueira.com.br>, acesso em 20.12.2006.

<sup>21</sup> Segundo comunicação pessoal de Paviani (2007), a designação “Região do Entorno” apresenta um viés pejorativo, agravado recentemente pela associação feita à criminalidade, o que discrimina generalizadamente a população envolvida: “População não se entorna, mas ocupa espaços em razão de suas possibilidades econômicas ou premência de ter um chão — dentro da estratégia arraigada da casa própria”. O autor sugere a substituição de “Região do Entorno” por “Área Metropolitana de Brasília”.

Reféns de dívidas extorsivas, que lhes eram imputadas na chegada, os retirantes eram submetidos a um regime de trabalho escravo, sem possibilidade de fuga, isolados que estavam na imensidão dos latifúndios e, ainda, vigiados por capangas. “Quando alguém tentava reagir, o fazendeiro chamava logo o quebrador de milho<sup>22</sup> e dava um fim no sujeito”, conta Clementino Cândido (Foto 6), ex-servente de pedreiro da construtora Rabelo, mineiro de Rio Casca, em Brasília desde 1957. O aliciamento de trabalhadores nordestinos para a região Centro-Oeste foi denunciado pela imprensa, segundo registra Ribeiro (1980), que reproduz notícias publicadas em jornais da época. A *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro, edição de 5.1.1960, relatava que o tráfico de trabalhadores já se tornara rotina nas cidades vizinhas a Brasília. O preço de cada um variava conforme o estado físico. Os alfabetizados, coisa rara, valiam mais. Os aliciadores usavam até “modernos ônibus Mercedes Benz” para seduzir os sertanejos, segundo notícia publicada na mesma data pelo *Correio da Manhã*, também do Rio de Janeiro (Ribeiro, 1980).

Tais situações servem para mostrar a realidade socioeconômica e cultural de muitos daqueles que chegaram à região em busca de melhores condições de vida. E também remetem à análise feita por Braverman (1981), ao estudar a venda da força de trabalho no sistema capitalista, em que o empregado assina contratos aviltantes por não dispor de alternativa de sobrevivência. Ou, como diria Elias (1994), por não possuir “margem individual de decisão” suficiente para reivindicar, por exemplo, mais segurança no trabalho. “Era pegar ou largar, porque quase todo mundo chegava aqui sem um tostão no bolso, pensando na família que tinha ficado pra trás, passando necessidade” — confirma o carpinteiro Cosme. Embora se refira àqueles que chegaram à capital no período imediatamente pós-inauguração e não apenas aos peões de obra, a descrição a seguir ajuda a mensurar o impacto sofrido pelos migrantes que desembarcavam no “Brasil do Centro-Oeste” naquela época:

Aqueles homens e aquelas mulheres deparavam-se, igualmente, com um Brasil totalmente novo, um Brasil que o próprio Brasil até bem pouco se recusava a reconhecer: o Brasil do Centro-Oeste, do Cerrado imenso, dos dias quentes seguidos por noites geladas, dos ventos constantes que formavam estranhos redemoinhos, da seca, da distância extravagante em relação àquele Brasil caro e conhecido que havia ficado para trás. (...) As escolhas oscilavam, praticamente, entre desistir de tudo e voltar — para o antigo lar, a família, os amigos, a vida confortável, porque conhecida — ou respirar tão fundo quanto a poeira pudesse autorizar e assumir o desafio de fazer vingar aquela cidade-novidade, capital do sonho nacional. (SILVA, 2003:251).

## 9. “Gatos” e horas extras

No entendimento de Carvalho (2001), as imagens geradas pela fala de Juscelino Kubitschek construía a figura de um sujeito coletivo, corajoso, com áurea de herói, verdadeiros titãs, unidos em torno de “um dever quase sagrado, que merecia todo sacrifício, sangue, suor e lágrimas”. Apesar dos efeitos causados pelo discurso oficial, cabe ressaltar que

---

<sup>22</sup> Assassino de aluguel.

a principal força que movia os operários era o desejo de fazer um pé-de-meia na “Capital da Esperança”<sup>23</sup>, alimentado desde a partida da terra natal. “A gente veio aqui pra ganhar dinheiro”, afirma o mecânico Gegê (Foto 7). Por isso e apesar dos riscos, todo mundo queria fazer hora extra, chegando até as “viradas”, prática que alimentava o ciclo de uma tragédia cotidiana.

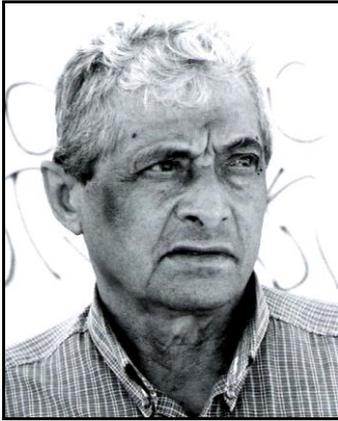
O mineiro Clementino apresenta uma versão, diga-se, bastante plausível, para explicar o surgimento da prática das “viradas”. Conta que, no começo da construção, havia muitas empreiteiras clandestinas, conhecidas popularmente por “gatos”, “subempreiteiros sem idoneidade econômico-financeira” (SOUSA, 1983) ou, segundo Zarur (1991), “arregimentadores ilegais de força de trabalho”. Os “gatos” configuravam uma situação de meio termo entre o trabalho escravo e a legalidade, pois a estratégia de contratação era praticamente a mesma, com a atenuante de que, neste caso, os retirantes eram, de fato, encaminhados aos canteiros de obra da capital em construção, onde prestavam serviços sem vínculo empregatício formal. Segundo o ex-servente de pedreiro, o número de “gatos” era superior ao das empresas legalmente constituídas. Elas não exigiam documentos, não assinavam carteira e, por conseguinte, não tinham encargos trabalhistas.

Com custos operacionais menores, os “gatos” às vezes pagavam mais do que as outras firmas. Também não obedeciam aos limites de jornada de trabalho estabelecidos pela legislação, generalizando a prática das “viradas”. Assim, as obras tocadas pelos “gatos” tinham um andamento bem mais acelerado do que as empreendidas pelas construtoras legalmente constituídas. O ritmo das empresas formalizadas juridicamente estava em descompasso com a pressa exigida por JK, que precisava correr contra o tempo para seu projeto de governo não se transformar no “túmulo político” agourado pela oposição.

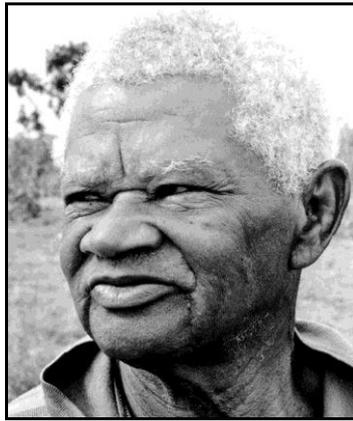
Segundo ainda Clementino, foi para acompanhar o ritmo dos “gatos” e, com isso, atender às exigências do governo, que as demais construtoras também passaram a adotar a prática das “viradas”. — Se continuasse naquela vagareza, Juscelino não tinha conseguido construir Brasília de jeito nenhum — avalia convicto o depoente que, por diversas vezes, presenciara o presidente exaltar os ânimos dos peões durante as vitorias que costumava fazer nos canteiros de obra, algumas delas altas horas da madrugada: “Nas viradas, o peão pegava às seis da manhã e só largava às seis da manhã do outro dia”, conta o ex-operário, que justifica: “A gente achava bom porque, no final do mês, o envelope (de dinheiro) vinha cheio. Também, naquele tempo, ninguém tinha pra onde ir. Era trabalhar ou arrumar confusão nas bodegas”.

---

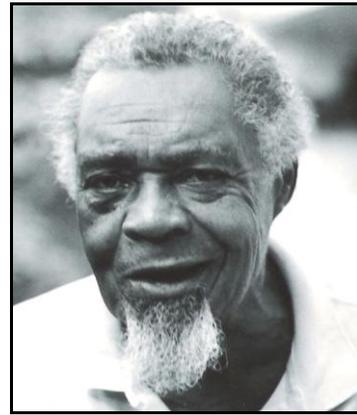
<sup>23</sup> Codinome criado por André Malraux, escritor e ministro francês, ao lançar, em 1959, a pedra fundamental da futura embaixada de seu país na capital em construção.



**Foto 5:** Otacílio  
Autor: Edson Beú Luiz, 2007



**Foto 6:** Clementino  
Autor: Edson Beú Luiz, 2005



**Foto 7:** Gegê  
Autor: Edson Beú Luiz, 2005

## 10. Do sonho à loucura

Vale observar que muitos daqueles que migraram para o então isolado Centro-Oeste foram imbuídos do espírito de aventura, sonhando fazer fortuna para retornar com os bolsos cheios a seu antigo rincão. Com as devidas ressalvas, lembram os garimpeiros estudados por Kuyumjian (2002) que arriscavam a vida na beira dos barrancos, em terras distantes, sonhando bamburrar em um aluvião de ouro. Uma das diferenças, além da clandestinidade que estigmatizava os garimpeiros, é que, em vez de ajuntar suas “pepitas” no leito dos rios, o faziam no dia a dia das horas extras, nos buracos das fundações, sob os sombrios solos ou nas grimpas dos andaimes. Assim como os faiscadores, os candangos trabalhavam sob um clima de tensão e insegurança, agravado pela ameaça do sono, que costumava surpreendê-los altas horas da noite.

Parafraseando Diamond (2006)<sup>24</sup>, é possível dizer que indivíduos diferentes respondem de modo diferente a problemas semelhantes. Assim é que nem todos conseguiram passar emocionalmente ilesos pelas adversidades do cotidiano dos canteiros de obra, marcado pelo exaustivo corre-corre, pela violência patrocinada pela GEB ou pelo temor de ser a próxima vítima de um fatal acidente de trabalho. Acrescente-se a tudo isso o fato de a grande maioria estar longe das pessoas que lhes davam sentido à vida: a família, os amigos, os amores. Por isso, “não foram poucos, também, aqueles que beiraram a loucura”, relata Silva (2003). O uso do substantivo “loucura” pela autora não constitui simples força de expressão. Pelo que já foi aqui exposto, o mundo do trabalho dos candangos chegava, em certas circunstâncias, a ser traumático na acepção psicanalítica da palavra. Segundo relato do ex-mecânico Feliciano Pereira dos Santos, obtido por Beú (2006), alguns operários enlouqueciam de repente, largavam tudo e sumiam no mundo, talvez de volta à sua terra de origem. O intenso corre-corre do dia, quando não emendava com as “viradas”, era seguido por “noites vazias e angustiantes”, diz, por sua vez, Silva (1997). Além do trabalho, a sociabilidade dos candangos se limitava às cantinas, ao restaurante do Serviço de

---

<sup>24</sup> “Sociedades diferentes respondem de modo diferente a problemas semelhantes” (DIAMOND, 2006: 31).

Alimentação da Previdência Social, conhecido pela sigla SAPS, localizado na antiga Velhacap (Candangolândia), aos bares da Cidade Livre, às mesas de jogo de pife-pafe e às “peladas” nos improvisados campos de terra batida.

Preocupados em oferecer algum tipo de lazer a seus operários, os administradores da construtora Rabelo improvisaram uma salinha de cinema no interior do acampamento. Os filmes eram exibidos em um espaço coberto com folhas de zinco. O piso, de cimento grosso, era moldado em forma de degraus para servirem de assento. As projeções aconteciam geralmente em fins de semana à base de gerador, conta o carioca Gegê. Os faroestes eram os preferidos, mas os operários também se divertiam a valer com os filmes da dupla Oscarito e Grande Otelô e outras chanchadas produzidas nos estúdios da Atlântida<sup>25</sup>. Só depois seriam construídos o Cine Bandeirante, na Cidade Livre, e o Cine Paranoá, em Taguatinga, relata ainda o ex-mecânico.

Contratado pela Rabelo, Gegê chegou à região em 19 de agosto de 1956 ao lado de Candinho, Zé Felipe e Claudino, três companheiros da mesma empreiteira. Sente imenso orgulho em se identificar como integrante do “grupo dos quatro primeiros” que tiveram a primazia de pisar o solo da futura capital. Saíram de Goiânia de jipe e chegaram ao local após nove horas de viagem. Por falta de estradas, parte do trecho foi percorrida nas trilhas do Cerrado abertas pelo vaivém dos carros de boi. Naquela época, as opções de lazer eram nulas, pois não havia sequer a Zona do Baixo Meretrício na Cidade Livre, a ZBM, onde muitos se divertiam. Gegê conta que rasgava picada a pé até Planaltina só para passar uma noite nos cabarés da então cidadezinha goiana. Era um dia inteiro de caminhada para ir, outro para voltar. A partir desse contexto, entende-se por que “o livro de ocorrências da temida GEB era repleto de casos de embriaguez” (SILVA, 1997:80). Não é também de todo descartável supor que a instabilidade emocional que tomou conta de muitos operários ajude a explicar os “casos de embriaguez” registrados pela GEB, principalmente depois que a lei seca, imposta pelas autoridades logo no início da construção, caiu na inocuidade devido à absoluta falta de controle do uso de bebida alcoólica em consequência da instalação da ZBM nos arredores da Cidade Livre.

A “descarga nervosa” à qual se referiu Cunha (1992) talvez tenha sido a causa que levara Tião, negro, algo em torno de quarenta anos de idade, a iniciar uma delirante viagem pelo interior de Goiás, com o objetivo de construir outra capital nos sertões de Goiás, talvez porque aquela profetizada por dom João Bosco, na segunda metade do Século XIX<sup>26</sup>, frustrara a expectativa de milhares de trabalhadores. Enquanto isso, a pouco mais de quatrocentos quilômetros dali, o futuro dos candangos tornava-se cada vez mais inquietante, para não dizer sombrio. A auréola messiânica que envolveu Brasília durante a Era JK duraria pouco, apagara-se nove meses após a inauguração da cidade com a posse, em janeiro de 1961, do novo presidente da República do país, Jânio Quadros, eleito com o apoio de uma ampla coligação de partidos de oposição, liderada pela União Democrática Nacional, mais conhecida

---

<sup>25</sup> Empresa cinematográfica, fundada em 1941, no Rio de Janeiro, tornou-se a maior produtora brasileira da época: [www.adorocinemabrasileiro.com.br](http://www.adorocinemabrasileiro.com.br), acesso em 30.09.2007.

<sup>26</sup> Em 1883, dom João Bosco, fundador da Congregação Salesiana, sonhou com uma região de “riqueza inconcebível”, localizada nas coordenadas geográficas onde futuramente Brasília seria edificada. Segundo a mesma visão, uma “terra prometida”, margeada por um grande lago, predestinada a servir de berço para uma nova civilização (VASCONCELOS, 1978).

pela sigla UDN, que, desde o início, criticava duramente o projeto de transferência da capital para o interior do país.

Oportuno observar que a festa de inauguração da capital significou mais um ato político do que a conclusão das obras. Juscelino conseguiu entregar apenas o arcabouço mínimo para funcionar a nova sede do governo federal. Levantamento feito por Oliveira (2005) mostra que havia apenas três quadras residenciais edificadas na Asa Sul, as 105, 107 e 108, alguns blocos nas quadras 104, 106, 114, 206, 208, 306, 308, 409 e 413 Sul, além de conjuntos de casas geminadas nas 707 e 708. O órgão público de fato concluído e operante era o Palácio do Planalto, “único símbolo da Nação na inacabada capital”. A Asa Norte estava absolutamente deserta. Apenas os postes de iluminação pública davam sinais de sua existência. Portanto, havia muita obra pela metade e muito mais a ser feito.

## **11. Considerações Finais: De fora do avião<sup>27</sup>**

A esperança dos operários era que o candidato apoiado por JK, general Henrique Teixeira Lott, ganhasse as eleições e garantisse a continuidade da construção, mantendo o ritmo do fundador. Mas a capital caíra nas mãos da oposição. E a primeira medida adotada pelo presidente eleito foi suspender obras já iniciadas, cancelar outras, criando com isso uma grande onda de desemprego na capital. Assim, a Era de Ouro dos candangos deu lugar a um futuro sombrio. Alguns meses depois, Jânio renunciaria, abrindo as portas do país para um período de intensa turbulência política, que culminou no golpe militar de 1964. O fundador da capital, incluído na lista de inimigos do novo regime, foi exilado. Sem qualquer compromisso com a massa trabalhadora “afilhada” de Juscelino, os atuais detentores do poder viraram as costas para os candangos, que passaram a sofrer um sistemático processo de exclusão socioespacial (Paviani (1997, 2006).

Os diversos aglomerados de favelas localizados próximos ao Plano Piloto causavam “desconforto estético” (Ribeiro, 1980) às autoridades, por constituírem um cartão de visita indesejável àqueles que chegavam à cidade pelo Sul. A pobreza explícita incomodava as autoridades e ajudava a desmistificar o chamado “milagre brasileiro”, *slogan* usado pelo governo militar para enaltecer o suposto êxito de sua política econômica.

Em 1969, ou seja, com apenas nove anos de inaugurada, Brasília já possuía 79.128 favelados, morando em 14.607 barracos<sup>28</sup>. Naquele ano, o governo local realizou um seminário para discutir os problemas sociais do Distrito Federal, alguns deles causados pelo inchamento demográfico incontrolável. A favelização foi considerada o problema mais grave pelos participantes do evento.

Enquanto os técnicos discutiam apenas entre si, pois a participação de líderes da comunidade era incompatível com o regime de exceção, os candangos ainda sonhavam com a possibilidade de permanecerem nos lotes ocupados, uma vez que o direito a um pedaço de chão representaria, de certo modo, uma contrapartida pelo trabalho realizado durante o árduo período da construção. Mas isso não aconteceria. Ao contrário, seriam removidos para

---

<sup>27</sup> O traçado urbano da capital da República, formado pelo Eixo Monumental e Eixo Rodoviário (Asa Norte e Asa Sul) é popularmente comparado ao desenho de um avião.

<sup>28</sup> Fonte: Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), 2005.

assentamentos desprovidos de infraestrutura básica, embriões das cidades-satélites que foram criadas sucessivamente ao longo dos anos.

A experiência de remoção de maior impacto devido, sobretudo, ao contingente envolvido — 15 mil barracos e 80 mil ocupantes —, foi a criação de Ceilândia, denominação originária da sigla CEI, que significava Campanha de Erradicação das Invasões. Para aquele arremedo de cidade, distante 33 quilômetros da capital, foram levadas, num primeiro momento, as famílias dos candangos que moravam nos aglomerados de favela localizados próximo à saída sul da capital: Vila do IAPI; Vila Tenório, Vila Esperança, Vila Bernardo Sayão, Vila Colombo, Morro do Querosene, Morro do Urubu; Curral das Éguas e Placa da Mercedes.

Conforme Machado e Sousa (1998), Ceilândia nascia para ser depositária daqueles que comprometiam a imagem da nova capital, segundo a visão das autoridades. A cidade-satélite, sem água, luz, esgoto, era produto de uma política discriminatória de gerenciamento urbano, uma vez que as discussões sociais às quais se referem Lagazzi-Rodrigues e Brito (2001) foram sobrepostas pelas questões puramente administrativas. Cidade planejada, símbolo da modernidade urbana, Brasília não previa ocupações irregulares, muito menos a existência de favelas em seu perímetro.

Santos (1979) afirma que o tratamento dado por alguns países aos problemas da habitação, do emprego, da marginalidade e das migrações, todos eles presentes no Distrito Federal, revela uma maior preocupação com as consequências da miséria urbana do que com as suas causas. Carpintero (1998) entende que Brasília repetiu o modelo criticado pelo geógrafo. Segundo ele, ao elaborar os projetos habitacionais sustentados na prática de remoções em massa, o governo apenas dissimulou as causas, gerando, em consequência, uma situação de “extrema segregação social”.

Louvados na Era JK pela tenacidade no trabalho, os candangos seriam reclassificados à condição de “invasores de terra” por sucessivos governantes. Sem direito a assento no avião projetado pelo urbanista Lúcio Costa<sup>29</sup>, milhares deles seguiram os mais diversos itinerários, entre eles o caminho de volta a seu antigo rincão.

## Referências

BEÚ, Edson. **Expresso Brasília: A História Contada pelos Candangos**. Brasília: LGE, 2006.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar**. São Paulo: Nobel, 1985.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CARPINTERO, Antônio Carlos Cabral. **Brasília: Prática e Teoria Urbanística no Brasil, 1956-1998**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

CARVALHO, Vladimir. **Conterrâneos Velhos de Guerra**. Brasília: Vladimir Carvalho, 1990/1991.

CARVALHO, Iracilda Pimentel. Brasília: Imagens e Representações. In: COSTA, Cléria Botelho & MAGALHÃES, Nancy Aléssio (Orgs.). **Contar história, fazer História**. Brasília: 2001, Paralelo 15

---

<sup>29</sup> Arquiteto graduado pela Escola Nacional de Belas Artes, autor do projeto urbanístico de Brasília.

- CAVALCANTI, Alberto. Estética da Indignação. In: CARVALHO, Vladimir. **Conterrâneos Velhos de Guerra: Opinião da Crítica e Roteiro**. Brasília: Secretaria de Cultura e Esportes do DF, 1997. Correio Paulistano, 15.02.1959. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico do DF.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro, Ediouro, 1992.
- DIAMOND, Jared. **Colapso**. Rio de Janeiro. Record, 2006
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- HOLSTON, James. **A Cidade Modernista, uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- KUYUMJIAN, Márcia. Quando o Trabalho é Transformado em Ressonância do Passado. In: Costa, Cléria. **Um Passeio com Clío**. Brasília: Paralelo 15, 2002.
- LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy; BRITO, Priscila Salvato. As Ocupações dos Sem-Teto na Discursividade da Cidade. In Orlandi, Eni (org.). **A Cidade Atravessada**. São Paulo: Pontes, 2001.
- MACHADO, Maria Salete Kern; SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. **Ceilândia: Mapa da Cidadania**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- Nosso Século, v. 8. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília: o mito na trajetória da nação**. Brasília: Paralelo 15, 2005.
- OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. **Por que Construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, 2000.
- PAVIANI, Aldo. **Para quem se programam ações de governo?** (Trabalho apresentado durante o fórum “Brasília em Questão: a Universidade e as Eleições de 2006 no DF”). Brasília, 2006.
- PAVIANI, Aldo. Brasília: Cidade e Capital. In: **Brasília, a Construção do Cotidiano**. Brasilmir Ferreira Nunes (org.). Brasília, Paralelo 15, 1997.
- Revista Brasileira dos Municípios, n. 49/52. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. **O capital da esperança. Brasília: estudo sobre uma grande obra da construção civil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. **Acampamento de grande projeto: uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia**. Brasília: Universidade de Brasília, 1989.
- SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SILVA, Inaê Elias Magno da. **Brasília, a Cidade do Silêncio**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. **A Construção de Brasília: modernidade e periferia**. Goiânia: Editora UFG, 1997.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. **Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1983.

STEINBERGER, Marília. Formação do aglomerado urbano de Brasília no contexto nacional e regional. In PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania**. Brasília: Editora UnB, 1999.

TEIXEIRA, Hermes Aquino. **Brasília, o outro lado da utopia**. Departamento de Geografia e História. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

VASCONCELOS, Adirson. **A Mudança da Capital**. Brasília: Independência, 1978.

Artigo recebido em 31/07/2010

Artigo aceito em 5/11/2010